



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,

REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e um membros, verificando-se a ausência dos Deputados, **Artur Pina Martins, João de Oliveira Nápoles de Carvalho, Berta Ferreira Moutinho Amaral, Cristofe Pedrinho, Eduardo Rodrigues Mendes** e do **Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa**, que justificaram a respetiva falta por motivos pessoais e profissionais. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira**, fez-se representar por **Leonel Cristóvão Dias Fernandes** (Secretário). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário dos pedidos de substituição, ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pela Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, tendo sido substituída pelo Deputado **Micael Lamego dos Santos** e no que diz respeito ao pedido de ausência por parte da Deputada **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, procedeu-se à convocação da cidadã, **Tatiana Dias Rodrigues**, a qual solicitou renúncia do mandato. Neste sentido convocou-se o cidadão, **Flávio Amaral Fernandes**, para comparecer a fim de se proceder ao ato de assunção de funções como Deputado da Assembleia Municipal de Tabuaço. Contudo o mesmo solicitou a justificação da sua falta por motivos profissionais, em face desta situação, o plenário aceitou a justificação da ausência. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho**, Primeiro Secretário, e por **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, Segunda Secretária. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Maria de Lurdes Ferraz Figueira**. -----

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 337



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro];-----

PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação do **projeto do Regulamento do Prémio Alice Pereira Gomes** [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração n.º 7, alteração modificativa n.º 1 ao Orçamento das Receitas e das Despesas e ao Plano de Atividades Municipal** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO QUATRO: **Outros assuntos de interesse para o Município** -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. -----

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 338



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, por dezasseis votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o Deputado **Álvaro Correia Soares Martinho**, a Deputada **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, o **Presidente da Junta de Freguesia da Granja do Tedo**, o Secretário da **Junta da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira** não participaram da votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. De referir que no momento da votação o **Presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro** se encontrava ausente. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo dado nota que atempadamente se inscreveu por via e-mail, e depois através de reunião presencial, a senhora Presidente da Direção da Associação de Defesa do Ambiente, Estrelas Invencíveis, Alexandra Amaro, a quem solicitou que fizesse a sua intervenção. -----

Foi assim concedida a palavra à **Presidente da Direção da Associação de Defesa do Ambiente, Estrelas Invencíveis, Alexandra Amaro**, que começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“A Associação foi fundada a vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e dois, no Concelho de Tabuaço, com o objetivo de ajudar a encontrar uma solução adequada para um problema ambiental crescente que foi o crescimento descontrolado da população de gatos errantes. -----

Desde a sua fundação, até ao momento, esterilizámos 615 animais, ou seja, em pouco mais de dois anos, dos quais 464 pertencem a este Concelho, uma vez que também atuámos noutros locais, no trabalho realizado é reconhecido e valorizado pela sua importância para a comunidade e é onde conseguimos obter recursos que permitem uma atuação sustentável fora do Concelho e ajudando ainda o trabalho desenvolvido neste município. -----

Relembro que, à luz da legislação atual, o controlo populacional de animais errantes não pode ser realizado pela prática da eutanásia ou também designada para ocisão animal, como até há alguns anos atrás, sendo o Programa CED, de Captura, Esterilização e Devolução, o mais indicado para esse efeito e acreditamos que é possível uma relação harmoniosa entre pessoas e gatos, à medida ou à semelhança do que acontece em diferentes pontos do país. -----

Quase todas as localidades do Concelho de Tabuaço já foram intervencionadas, encontrando-se todas as fêmeas (gatas de rua), conhecidas até à data, esterilizadas em alguns locais, o que permitiu que não tivessem ocorrido nascimentos de gatos de rua no decorrer deste ano, por exemplo, na Vila de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tabuaço e ainda nas localidades de Pinheiros, de Desejosa e Carrazedo, encontrando-se em muitas outras freguesias, a população está controlada. -----

A par deste trabalho de esterilização também procedemos à adoção responsável de ninhadas e tratamento de animais doentes, o que tem contribuído para a manutenção da saúde pública, da comunidade e a redução do número de animais errantes. -----

Saliento que a Associação também tem sido chamada, sucessivas vezes, para auxiliar animais doentes e atropelados, como aconteceu ainda hoje numa freguesia quia do Concelho, onde o animal permaneceu na via pública mais de vinte e quatro horas sem auxílio. -----

Lembro que, de acordo com a legislação em vigor, a não prestação de cuidados médico-veterinários é considerada mau-estratos e punível por lei. -----

Mas, segundo o nosso ponto de vista, tem sido esquecida e isso é visível através da falta de resposta aos apelos feitos por telefone e via e-mail para as diferentes entidades locais. -----

Nós acreditamos, aqui em representação dos meus colegas, que é possível uma relação harmoniosa entre pessoas e animais e acreditamos que a Associação pode e deve ter um papel importante neste processo, contribuindo para o bem-estar das pessoas e dos animais, no entanto, este procedimento poderia ser facilitado, e até mesmo potenciado, se houvesse uma articulação dos diferentes intervenientes. -----

É nesse sentido que eu estou aqui e apelo à sensibilidade de todos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Presidente da Direção da Associação de Defesa do Ambiente, Estrelas Invencíveis, pelo testemunho da atividade da associação em prol da comunidade, questionando os Deputados sobre a pretensão de intervir. Não havendo intervenções e constatando a presença de mais público presente, questionou se estariam interessados em intervir, tendo registado uma inscrição, ao qual deu a palavra ao munícipe. -----

Foi concedida assim a palavra ao munícipe, **Francisco José Morais Ferreira da Fonseca**, natural da Granjinha, União de Freguesias Paradela e Granjinha, que começou por cumprimentar todos os presentes, reiterando que aproveita o período de intervenção do público, pois é onde as pessoas se expressarem livremente, dizendo aquilo que pensam, não havendo pressão para o quer que seja. Aproveitou o momento para referir que já veio várias vezes às sessões, e que ouve a palavra crime entre outras, e isso pode ser uma forma de estar a inibir as pessoas de poderem falar. Apelou ainda às pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para falarem e não terem medo, porque se fosse crime havia locais para resolver esses assuntos. Realçou ainda que as pessoas deviam dizer o que lhes vai na alma, de forma espontânea, sem haver pressões. -----

Ainda no uso da palavra, o munícipe, Francisco José Morais Ferreira da Fonseca, disse que queria ser tratado como toda a gente, começando por abordar o tema da Reabilitação Urbana, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal de quais os critérios, uma vez que nem todas as freguesias do Concelho estão inseridas. Disse que fala única e exclusivamente do município ou de algo que tenha a ver com o município, e o senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha comparado o seu município com outros, ao qual o munícipe referiu que se assim fosse, o seu município ficaria muito nivelado por baixo. -----

Continuou referindo que entregou dois pedidos por escrito, o primeiro em relações às contraordenações do ano de dois mil e vinte e três, e o segundo em relação aos relatórios da empresa que o executivo diz fazer a manutenção das ETAR'S, onde afirma que lhe parece que a fiscalização não está a funcionar, porque nem há relatórios, nem nada do género. No que diz respeito ao primeiro ponto agradeceu a forma célebre com que a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo apenas que foram catorze contraordenações. -----

O munícipe referiu que, tanto quanto sabe, até ao mês de agosto havia quatro contraordenações, e que a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal tinha feito obras em sua casa, e que acreditava que tivesse pedido a legalização da mesma, afirmando que tinha telhas de fibrocimento em sua casa, e nesses casos era necessária uma empresa certificada para fazer essa remoção, questionando-a qual foi a empresa, porque poderia vir a necessitar, e qual o fim dado a essas telhas e resíduos, pois tinham de ir para locais próprios, ao qual o munícipe disse que desconhece que o município tenha um local para tal. -----

Lamentou ainda, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, que numa sessão em que esteve presente, o mesmo referiu que era preciso dignificar o lugar, no qual o munícipe concordou com as suas palavras, não tendo nada ver com ele diretamente, mas solicitava que o município colocasse um alcoolímetro ao serviço da Câmara Municipal, porque já não era a primeira nem a segunda vez que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deslocava ao município e encontrava alguém que não estava próprio para atender ao público, e que se deveria tomar medidas em relação a esse assunto. -----

Terminou, dizendo que a questão da dignidade vem de digno, há que ser digno, foi digno, pediu a demissão quando foi indiciado de alguma coisa e está a aguardar serenamente por esse fim, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal que se fosse digno, teria feito a mesma coisa. -----

Para dar resposta à intervenção do munícipe, foi concedida a palavra ao **Deputado Micael Lamego dos Santos**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou concordar inteiramente com o mesmo, referindo que todos deveriam ter a liberdade de se expressar da forma que achassem mais correta, devendo sempre dizer a verdade, e dever-se-ia ter cuidado com as imputações que faziam, sem ter a certeza se elas eram verdadeiras ou não. -----

Continuou afirmando que também deviam tratar com respeito toda a gente se quisessem ser respeitados, achando que levantar na Assembleia as questões que levantou e da forma que as levantou, era faltar ao respeito e devassar a vida privada, e se o munícipe, tivesse alguma dúvida ou alguma questão quanto ao licenciamento ou falta dele, teria a hipótese de fazer queixa ou denúncia, e então seria levantado um auto se assim fosse, e certamente que a senhora Vereadora que estava presente, não se importaria que isso acontecesse, ou seja, que lá fossem fiscalizar, era tão simples quanto isso. Era preferível fazer a denúncia, como deve fazê-lo, tendo a liberdade de o fazer, e é para isso que ela serve, antes de vir levantar essas questões sem ter a certeza se existem ou não, e portanto o munícipe teria toda a liberdade de dizer o que lhe apetecer até certo ponto, porque a sua liberdade terminava onde começa a dos outros, e portanto, se o munícipe tivesse alguma dúvida quanto à existência ou não de licenciamentos, tinha todo o direito de fazer a sua denúncia. -----

Finalizou referindo que também deveria ter a responsabilidade de que quando vinha ao púlpito, ter no mínimo preparação moral para depois vir questionar. Naturalmente, tinha o direito de o fazer, repetindo que na dúvida fizesse a denúncia que tivesse de fazer, e que quanto aos processos de contraordenação, na dúvida, fizesse a denúncia em vez de vir levantar o que são falsos testemunhos, expressão bem conhecida, numa tentativa de devassar completamente a vida privada, desnecessariamente, mas se achasse necessário teria o direito de fazer a sua denúncia. -----

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 342



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para dar resposta à intervenção do munícipe, foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao munícipe começando por dizer que existia uma série de situações que foram levantadas e que lhe parecia existir alguma confusão, pois haveria conversas que eram tidas consigo próprio, porque nunca tinha referido nem ouvido falar em qualquer tipo de pressão. Continuou começando pela parte final da intervenção do munícipe, mais propriamente no que dizia respeito à questão daquilo que era digno ou não, referindo que havia uma coisa que não lhe admita, nomeadamente a subjetividade da sua opinião. Ou seja, atendendo ao facto daquilo que lhe era imputado, manifestou a sua total e completa tranquilidade, e que dela se defenderia, não existindo nada na sua opinião, que fosse menos digno no exercer das suas funções, e ao contrário, esperava que a exigência de muitos daqueles que com subjetividade falavam na Assembleia Municipal fosse um décimo daquilo que tinham com os outros. -----

Continuou dizendo que seria melhor começar a apontar na sua agenda tudo o que fazia, pois, qualquer dia ainda lhe solicitariam a fatura dos produtos que usou para confecionar o jantar, porque se estava a chegar a um ponto em que tudo era motivo para ser questionado, e que tudo era motivo para ser debatido na Assembleia Municipal. -----

Mais disse que o munícipe refere incessantemente que o pressionam, e que deveria haver pressões, desafiando-o se assim fosse a trazer testemunhas que corroborassem a sua afirmação, pois nunca tinha tido qualquer tipo de conversa que lhe permitisse, ou que aceitasse que proferisse a mesma, muito menos aquilo que era a lógica da dignidade, referindo que a partir dali apenas responderia às questões do munícipe por escrito. Afirmou que não era pressão, mas na próxima Assembleia Municipal iria trazer alguém isento, um jurista, para depois perceber se haveria motivo nas coisas que eram ditas, para se levantar um processo. -----

Finalizou referindo que o consumia falarem por parábolas e não concretizarem as suas ideias, deixando a expectativa para quem assistia que aquilo poderia ser verdade, porque no fim a concretização das mesmas já não teria a mesma importância que teria no momento em que foi dito, sendo essa a sua opinião, e que quando a dava, colocava-a completamente à margem daquilo que era a sua outra vertente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dar resposta à intervenção do munícipe, e após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao munícipe presente dizendo-lhe que por mais argumentos que lhe dê e por mais explicações que lhe dê, não iriam servir de nada. -----

Continuou dizendo que todos os presentes sabem a qualidade das suas intervenções, e todos tinham conhecimento que recorria àquela instituição, para expor problemas pessoais e a sua revolta pessoal por não ter cumprido com a lei, e por lhe terem sido levantados processos de contraordenação por obras ilegais. -----

Mais disse que apenas lhe daria duas explicações, começando por referir que relativamente às questões do seu processo poderia dirigir-se à DGAT (Divisão de Gestão e Administração do Território) e consultar o seu processo de licenciamento, e verificar que foi licenciado e que as taxas foram pagas, mas não lhe daria informações acerca da empresa que contratou para a intervenção no telhado. -----

Em segundo lugar relativamente aos processos de contraordenação, foi-lhe dada a informação de quantos processos de contraordenação foram levantados, mas como era lógico e obedecendo ao RGPD (Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados), não lhe poderia indicar quem eram as pessoas, quem eram os visados, e qual a razão dos processos de contraordenação, pois havia leis e legislação a respeitar. -----

Terminou dizendo que não merecia resposta, nem esforço da sua parte, porque já todos estavam demasiado desgastados pelo simples facto de o munícipe vir à Assembleia Municipal e achar-se no direito de poder dizer tudo o que lhe vai na alma. Realçou, que por uma questão moral e não falando em princípios legais, no seu entendimento deveriam verificar efetivamente o que é que lhes fica bem e o que é que lhes fica mal. -----

O **Presidente da Junta de Arcos** usou da palavra para dar resposta à intervenção do munícipe, e após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao munícipe presente questionando-o qual era o objetivo das suas intervenções porque não chegava a ser conclusivo em nada. Continuou referindo que na última Assembleia Municipal trouxe umas fotos, falou em perseguição política, mas não conseguiu entender a sua intervenção e o porquê do munícipe se sentir tão injustiçado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que dizia respeito à intervenção do munícipe o Presidente da Junta de Arcos indagou-o acerca do alcoolímetro na Câmara Municipal dizendo que tinha de ser mais objetivo. Realçou ainda que se arrependia de não ter feito nenhuma intervenção na última Assembleia Municipal quando o mesmo referiu que a Assembleia Municipal lhe parecia uma missa, afirmando que se calhar o munícipe é que estaria no sítio errado, informando-o ainda e usando palavras do senhor Presidente da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia da última Assembleia Municipal, que todos os meses tinham reuniões com o Executivo da Câmara, passando estas a serem de dois em dois meses, onde tratavam de vários assuntos, e onde defendiam alguns problemas que eram transversais a todas as freguesias, realçando mais uma vez a importância da elaboração de uma ata nessas reuniões, mas que essa questão só a eles lhes dizia respeito, não sendo a Assembleia o local para a discussão das mesmas. -----

No que concerne ao que foi dito ao Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, o Presidente da Junta de Freguesia de Arcos refere que o munícipe foi muito inconveniente, e que lhe parece que o que o deixou incomodado foi o problema da ETAR, onde já tinha manifestado numa outra Assembleia Municipal o seu desagrado, inclusivamente à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, em que na altura falaram que seria no seu terreno que iria ser feita a ETAR, e a mesma foi executada noutra localização, e que o senhor Presidente da Câmara Municipal à época estava ausente, mas afirmou na última Assembleia Municipal que efetivamente teve um contacto com o munícipe, e assim sendo este não o podia negar, solicitando novamente ao mesmo que fosse mais objetivo porque a Assembleia Municipal era uma Assembleia Democrática, onde ninguém estava oprimido. -----

Continuou afirmando que os munícipes podem e devem intervir, mas como o Presidente da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia dizia na última Assembleia Municipal foram eleitos democraticamente em todas as freguesias e por isso deviam ter respeito pelos presentes e por todos os que estão a assistir nas redes sociais. -----

O Presidente da Junta de Arcos afirmou ainda que tem um voto na Assembleia Municipal, um voto sempre feito em consciência, independentemente da situação que seja feita, solicitando novamente ao munícipe objetividade nas suas intervenções para que os deputados possam perceber e confirma o que o deputado Micael Lamego dos Santos disse anteriormente, existiam sítios e locais para o efeito se houvesse um crime ou se houvesse alguma coisa desse género. -----

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 345



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O munícipe, **Francisco José Morais Ferreira da Fonseca**, usou da palavra novamente enaltecendo as intervenções, indicando que a Assembleia Municipal deixou de parecer uma missa, referindo que tinha pleno conhecimento de que ninguém estava acima da lei, nem a senhora Vice-Presidente, nem o senhor Presidente, e que todos deveriam ser tratados por igual. -----

Continuou referindo que a fiscalização também deveria ser igual para todos, sendo essa a questão que o trazia, pois, a sua obra estava finalizada há muito tempo e apenas recentemente foram levantadas questões, quando na altura foi efetuado um pedido de licenciamento do telhado. Referiu que não via nenhum problema em questionar a senhora Vice-Presidente sobre o fim dado às telhas de fibrocimento, pois tratava-se de um problema ambiental, e ainda na primeira intervenção se tinha falado nos problemas ambientais, ou seja, gostaria de saber para onde e onde foram colocadas as telhas, e qual o método para a sua remoção, pois tinha frisado na intervenção anterior que não punha em causa o licenciamento da sua obra, mas que pelo cargo que ocupava na altura e à época, deveria dar explicações aos munícipes, repetindo que ninguém estava acima da lei, e que como munícipe gostava de ser tratado de igual forma que todos os demais. -----

Afirmou, que no que diz respeito à ETAR não teve resposta, questionando uma vez que se pagava a uma empresa para fazer manutenção, como é que funcionava, qual seria a fiscalização que tinham para verificar estas situações, em que a senhora Vice-Presidente foi célere em responder que houve catorze contraordenações em dois mil e vinte e três, ou seja, mais dez a partir de dia catorze de agosto, reafirmando que não pensava de forma alguma que a senhora Vice-Presidente que executou obras a partir dessa data o tenha feito de forma ilícita, mas gostaria de saber para onde foram as telhas, pois a retirada das mesmas seguem determinados passos, e uma vez que o Município não tem um local para o efeito, nem para resíduos agrícolas, qual foi o processo de remoção e deposição. Em relação ao resto não entendia onde tinha sido pouco objetivo, uma vez que quando falou no alcoolímetro sempre referiu que não queria visar o senhor Presidente, mas não achava normal encontrar pessoas que não estavam em estado de atender o público, pois aconteceu-lhe a ele, e que todos tinham conhecimento desta situação e tentavam mascarar a mesma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalizou dizendo, que no que diz respeito à dignidade, não entendia a indignação do senhor Presidente da Câmara, pois não foi sua intenção ofendê-lo, mas que num regime democrático era de bom-tom as pessoas não estarem agarradas ao poder e darem lugar a outros quando estão indiciadas. Indicou mais uma vez que tinha solicitado ao senhor Presidente da Assembleia corrigir a ata, pois estava a falar da ETAR como se fosse de Paradela e na verdade era da Granjinha, e no que diz respeito à construção da ETAR de Paradela, confirmou que esteve com o senhor Presidente da Câmara Municipal mas não houve lugar a negociação, e se ele fosse intelectualmente correto e honesto, não iria dizer o contrário, mas na altura apenas lhe foi referido que viria à Assembleia Municipal e que iria para os tribunais fazer uma expropriação. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dar resposta à intervenção do munícipe, afirmando mais uma vez que apenas responderia ao munícipe por escrito, uma vez que a perceção que ele tinha das coisas que eram ditas pelo mesmo, eram diferentes das suas. Referiu que contrariamente ao que o munícipe referiu do terreno da ETAR de Paradela, as coisas aconteceram de maneira diferente, na medida em que reuniu com o munícipe para a compra do terreno da ETAR, e em que o próprio lhe afirmou que a única maneira de negociarem seria reverter a Escola Primária da Granjinha para eles, pois nas mais diversas instâncias os tribunais tinham dado a razão ao Município, bem como o pagamento de uma indemnização pelo caminho da Casa Daniel que entendiam como sendo seu, ao qual o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que nessas condições estava fora de questão. Continuou dizendo que os serviços o tinham informado de que o terreno estava identificado no PDM (Plano Diretor Municipal) para a construção da ETAR, existindo assim a possibilidade legal de a própria Assembleia Municipal fazer a expropriação, havendo desta forma a hipótese legal para avançar, sendo que se verificou mais tarde que afinal o mesmo não estava. -----

Afirmou que muitas das vezes aquilo que preocupa alguns dos munícipes não é o bem maior, é o bem próprio, indicando que não visava ninguém em concreto, e uma vez que dessa forma não avançariam, optaram por encontrar outro terreno, pediu-se à comissão de coordenação o seu licenciamento, e licenciou-se aquilo que era para ser feito naquele terreno noutra terreno, ao contrário do que o munícipe afirmou, sendo intelectualmente o mais correto e honesto, expondo que caso tivessem indicado um valor para a compra do terreno, provavelmente a Câmara Municipal o teria comprado, porque apesar de não

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 347



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estar presente, ouviu as suas declarações em casa, e quer acreditar que por lapso o município não se lembre dessas conversas. -----

Finalizou, afirmando que receava que numa próxima Assembleia Municipal venham dizer que há alguns que se levantam, mas porque são pressionados para se levantarem, porque poderá haver gente que está a ver em casa e que pensem que essas coisas se passam na Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Junta de Arcos** usou da palavra para questionar o município sobre o que fez em relação ao funcionário alcoolizado, ou seja, se expôs por escrito ou verbalmente essa situação, se a expôs aos responsáveis ou a outros cargos dentro do município, ou se chamou alguém na hora para verificar se efetivamente a pessoa não tinha capacidade de desempenhar as suas funções, e que se não o fez gostaria que o fizesse, pois como indicou poderá haver pessoas que passaram pelo mesmo, e uma vez que são cargos públicos e as pessoas estão lá para trabalhar, para desempenhar as suas funções, teriam que estar em conformidade. -----

Continuou referindo que relativamente à sua obra e uma vez que está executada há muito tempo, mas estando ilegal, estará sempre ilegal, não acreditando que sejam repercussões das suas intervenções ou perseguição política. Relativamente à ETAR referiu que ele próprio acompanhou funcionários do município à ETAR de Arcos, porque não estava em funcionamento, e efetivamente um motor estava a funcionar e outro estava avariado, e, portanto, no que diz respeito aos relatórios, pensa que seja fácil e possível a sua apresentação por parte do executivo. No que diz respeito à senhora Vice-Presidente da Câmara, entende que sejam situações pessoais, tendo inclusive recebido orientações para consultar nos serviços o processo, estando esclarecido nestes pontos e desconhecendo ainda o teor da sua obra, mas que poderia informar-se para a licenciar. -----

Finalizou enaltecendo o trabalho efetuado por Alexandra Amaro, pois já o tinha feito por telefone, email e pessoalmente, aproveitando para o efetuar publicamente, pois os gatos de rua estão a tornar-se um problema dado a rapidez com que se reproduzem. Disse ainda que a sua freguesia não contribuiu monetariamente, mas sim com a doação de ração, e dado o pedido de donativo por parte da Associação, iria atuar da mesma forma. -----

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 348



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para ler o artigo 21º do Regimento Assembleia Municipal de Tabuaço que diz o Período de “intervenção do público” ao senhor munícipe, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

- “ 1. O período de “intervenção do público” terá lugar no momento anterior ao período de “antes da ordem do dia” e servirá a apresentação de assuntos de interesse municipal. -----
2. O período de “intervenção do público” tem a duração de trinta minutos, podendo prolongar-se, caso a relevância dos assuntos apresentados o justificar. -----
3. Os cidadãos poderão intervir a título individual ou em representação de instituições do concelho de Tabuaço, podendo fazê-lo durante cinco minutos, desde que previamente se tenham inscrito referindo nome, morada e apresentado sumariamente o assunto à mesa. -----
4. A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas. -----

Continuou referindo que na assunção das funções que exercia, pensava que os assuntos que foram tratados, se bem que de índole pessoal pudessem ter alguma relevância municipal que não era contestada, e que já tinham sido demonstrados. Mais disse que os assuntos que o munícipe quisesse ver esclarecidos, o fizesse diretamente ao executivo, bem como querendo poderia também remeter à mesa da Assembleia Municipal, e concentrariam esforços para que fossem atendidos. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para agradecer a presença de Alexandra Amaro e aquilo que veio apresentar, enaltecendo o trabalho efetuado pela Associação de Defesa do Ambiente, Estrelas Invencíveis nas esterilizações, pois verificaram melhorias após a intervenção da mesma, sensibilizando os membros da Assembleia Municipal para, da forma que lhes fosse possível, darem continuidade ao trabalho efetuado. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Barcos Santa Leocádia** usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal pelas Festas de São João, dando também os parabéns aos colegas presentes pelo esforço desenvolvido para que as marchas e a procissão sejam cada vez mais bonitas, sendo um São João marcante onde esteve muita gente. Agradeceu ainda o convite às freguesias para participarem nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

marchas, solicitando a revisão da verba disponibilizada, pois como o município, as freguesias passavam por dificuldades financeiras. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, dando nota da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de vinte e nove de abril e esta, nomeadamente algumas publicações que chegaram, principalmente da ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais), que têm alguma relevância para o desempenho das suas funções e que também, quando oportuno, seriam divulgadas pelos senhores deputados através de e-mail. -----

Deu ainda nota do conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal desde esse período que intermediou a última reunião ordinária e esta. -----

Referiu ainda que foram instados para a falta de uma das atas da Assembleia Municipal, por falta da assinatura da senhora deputada Berta Ferreira Moutinho Amaral, indicando que estava difícil de a recolher, mas iriam reunir todos os esforços para que oportunamente e o mais rapidamente possível ela possa estar disponível para todos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** dando entrada no período da **ORDEM DO DIA** prosseguindo de imediato para o ponto um respeitante à **apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** e para a qual foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por transmitir que iria ser breve, referindo apenas quatro ou cinco situações. –

Começou por agradecer as palavras do senhor Presidente da União de Freguesias de Barcos Santa Leocádia, sendo transversal que foi um São João marcante, com muita gente e em que as coisas correram bem. Agradeceu ainda a todos os funcionários e a todas as pessoas que colaboraram na realização do São João, principalmente aos senhores presidentes de junta pela sua disponibilidade, que levaram ao sucesso que foi. Referiu ainda que tinha a perceção dos gastos com as marchas, e que teriam de ajustar as verbas disponibilizadas no próximo ano. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao Centro de Saúde no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) o contrato já tinha sido assinado, estando para breve o lançamento do procedimento, sendo a lógica e o mais importante a capacitação e valorização do serviço, dado que o centro de saúde é relativamente novo, sendo impensável a ideia de recuperar valências, uma vez que as exigências atuais a nível de material são incomportáveis dentro da ULS (Unidade Local de Saúde), existindo um problema acrescido por se ter deixado de participar no ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) para a ULS, onde se veio criar constrangimentos maiores, porque antigamente com as baixas médicas ou saída temporária de médicos a sua substituição era mais simples dentro do ACES, enquanto que na ULS é mais complicado, na medida em que fruto de duas baixas médicas, foram lançados concursos dentro da ULS mas sem sucesso, sendo os médicos colocados em Vila Real e Chaves, tendo inclusivamente o Município encetando negociações com médicos reformados para assegurar temporariamente o serviço, mas sem sucesso. Espera ainda que com algumas das alterações que exigiram ao Ministério da Saúde e ao Governo, possam ter eco para que no dia de amanhã as coisas sejam mais simples, dado que a única intervenção possível e que é dada pelo município assenta nas deslocações e na habitação, e nunca poderá incidir na gratificação dos médicos e enfermeiros. -----

Indicou que na semana anterior, em reunião com as juntas de freguesia de Paradela, Granjinha, Chavães e Sendim e a empresa dos painéis fotovoltaicos, estavam em condições de aprovar o projeto de arquitetura, estando apenas pendentes de um parecer da Comissão de Coordenação relativamente à questão das taxas, pois nenhum município estava preparado para enquadrar os painéis nas taxas, e assim sendo foi solicitado auxílio ao departamento jurídico da comissão e que brevemente estaria resolvido, existindo depois outro tipo de compensações e de apoios, que depois a seu tempo também daria conhecimento que decorriam da própria lei e das candidaturas ao Fundo Ambiental. -----

Continuou referindo que fruto daquilo que tinham sido os sucessivos contactos do município e na sequência daquele estudo efetuado na altura, fruto das reivindicações quando esteve presente a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) relativas às zonas brancas do município, onde se referia que no final de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco já estaria noventa por cento ou a totalidade do concelho coberto, mesmo aquelas zonas que não tinham fibra, mas o concurso que já deveria ter arrancado há mais de um ano ainda não tinha sido concretizado. Nesse sentido o município

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 351



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem insistido com *DSTelecom* e, independentemente do concurso não avançar, juntamente com as reivindicações que têm feito, deverá começar a breve trecho todo este o processo de fazer chegar a todas aquelas freguesias, a todos os sítios que ainda não estão contemplados, ou que não tivessem sido contemplados, e por uma questão geográfica, começariam primeiro no lado do Pereiro, uma vez, que Távora já tem, e depois os restantes, mas que será uma situação que a referida empresa terá praticamente terminada em março do próximo ano. -----

No que diz respeito ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) as situações estão em andamento em que o financiamento na escola será por ordem de chegada das candidaturas, mas onde obteve o compromisso de que o dinheiro chegará a todos, no entanto, tanto na escola como na habitação o que o preocupa é o elevado número de concursos que irão surgir a nível nacional e na escassez de empresas para a execução, pois primeiramente avançaram os concursos maiores onde os valores serão mais elevados. -----

Finalizou dando nota da alteração do Concelho Diretivo da CIM (Comunidade Intermunicipal do Douro), dada a saída do senhor Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe e do senhor Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Presidente e Vice-Presidente do concelho diretivo, sendo substituídos pelos senhores Presidentes da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e de Carrazeda de Ansiães, respetivamente. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções sobre este assunto, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dois** da ordem do dia, referente à apreciação, discussão e votação do **projeto do Regulamento do Prémio Alice Pereira Gomes**. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para salientar que apenas foram efetuadas pequenas alterações remetidas aos senhores deputados, resultantes de situações verificadas ao longo dos anos que poderiam ser mais dúbias, recebendo apenas no período de discussão pública a intervenção de um senhor da área Metropolitana do Porto. Finalizou apelando ao voto favorável do regulamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções sobre este assunto foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. -----

Continuando com os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto três** da ordem do dia, referente à apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração n.º 7, alteração modificativa n.º 1 ao Orçamento das Receitas e das Despesas e ao Plano de Atividades Municipal**. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que a alteração apenas implicava a incorporação do saldo de gerência no valor de duzentos e sessenta e seis mil euros, sendo que posteriormente também houve a criação de duas rubricas e parte desse valor na ordem dos setenta e dois mil euros, serviu para distinguir o que estava relacionado com as despesas do Centro de Saúde apenas como energia, ficando então uma para gás e outra para encargos gerais das instalações. Assim sendo, o orçamento passava de dezoito milhões e duzentos mil euros para dezoito milhões duzentos e setenta e dois mil euros, solicitando mais uma vez a aprovação do mesmo. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo intervenções sobre este assunto foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto quatro - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** e o **Presidente da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia**. -----

No uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, que após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal começando por referir novamente a obra do mercado, em que em setembro do ano anterior houve uma inspeção com a senhora Presidente da Câmara Municipal à época, e até ao presente ainda não obtiveram nenhuma resposta, existindo situações caricatas a resolver. Referiu ainda a demolição de duas casas na entrada norte de Sendim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois seria urgente essa demolição. Finalizou referindo a necessidade de se verificar a estrada da escola até à igreja. -----

No uso da palavra o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos Santa Leocádia** começou por referir que o que o trazia era um problema transversal a todos, nomeadamente os caixotes do lixo, em que a maior parte deles estavam partidos, rececionando diariamente reclamações pelos mesmos, em que a situação teria de ser resolvida com brevidade, ou então deveriam ser retirados. Outro assunto importante de resolver era o arranjo da estrada de Santa Leocádia uma vez que em dois locais apenas se transitava numa faixa. -----

Finalizou, referindo a ETAR de Santo Aleixo, uma vez que já fala no assunto há vinte anos e era uma necessidade urgente, pois não existia uma infraestrutura de tratamento adequada, em que no verão os cheiros eram insuportáveis, principalmente para uma família que morava perto da fossa, e que pelo menos seis casas drenavam para lá. Solicitou, mais uma vez com urgência, a resolução deste problema e a colocação de uma ETAR para tratar os esgotos de Santo Aleixo, pois os problemas ambientais são uma prioridade. Terminou a sua intervenção desejando a todos um bom São Pedro. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra começando por referir o tema da ETAR de Santo Aleixo em que como antigo morador tinha conhecimento das dificuldades, bem como dos constrangimentos, em que as questões ambientais e os padrões de exigência eram atualmente superiores do que comparativamente há vinte anos atrás, em que bastava uma solução mais simples, mas a ETAR de Santo Aleixo era uma situação caricata pois já esteve aprovada e financiada a execução de uma ETAR mais abaixo, mas a própria entidade que a licenciou, reprovou-a mais tarde. No entanto, e uma vez que já estiverem definidas muitas alternativas tendo inclusive sido efetuados contactos com algumas pessoas para a aquisição de terrenos, não poderia haver mais delongas e ter-se-ia de avançar o mais rapidamente possível. Relativamente às estradas, o problema era transversal a todo o Concelho e têm tentado arranjar financiamento em Bruxelas, pois os mesmos referem que Portugal já tinha tido bastante financiamento para as estradas, mas essa realidade não foi a realidade em todo o país e a região não usufruiu desses investimentos, assim como os sucessivos governos portugueses têm descuidado esta temática, porque uma estrada que antigamente durava trinta anos atualmente dura metade, sendo que são as câmaras municipais a suportar esses custos, e assim sendo qualquer dia vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter investimentos turísticos e uma série de coisas picadas, porque vão ter que andar a tapar buracos, porque não há capacidade financeira com aquilo que são as receitas dos municípios, e aquelas câmaras, que estejam economicamente melhor apenas as conseguiram arranjar uma vez. O intuito do município, fruto do bom desempenho económico, poderá ser a obtenção de financiamento na banca para a execução de todas as situações, sendo que terá de haver uma priorização das mesmas, sendo que a partir do dia seis irá a Lisboa conversar com o senhor Ministro da Coesão e falar sobre esta possibilidade, bem como de perceber como é que poderão consolidar aquilo que ainda não está consolidado, como é que poderão transformar aqueles acordos que foram chegando dos tribunais a curto prazo, numa situação mais abrangente, ter outras taxas de juros, porque têm taxas de juros legais, que são bastante elevadas. -----

Continuou dizendo que o município não o consegue a expensas próprias, porque independentemente daquilo que ele entenda como um bom desempenho económico, ainda não permite ter a liquidez nem o fundo de maneio para o conseguir, sendo o endividamento a única hipótese de conseguir efetuar as intervenções, uma vez que o município se encontra abaixo do limite de endividamento, poderá ser possível o recurso a financiamento. -----

No que diz respeito ao lugar do mercado em Sendim, já estava feita a informação no sentido de que depois dessa inspeção teria passado o prazo para a vistoria, ou seja, houve uma vistoria e o prazo passou. Disse ainda que houve uma reunião com a empresa sobre outros assuntos onde se falou deste, solicitando a empresa o espaço de um mês para eventualmente começarem as obras, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que caso o mesmo não ocorresse no mês de julho, avançaria com a questão da vistoria, e se isso não acontecesse, eventualmente seria ativada a garantia bancária. No que diz respeito à demolição a mesma terá de ser executada, acrescido de que trará vantagens nomeadamente no alargamento da estrada e arranjo do espaço. -----

Finalizou referindo que no que diz respeito aos contentores, e conforme referido na última reunião que tiveram, foi alterado o caderno de encargos de modo a esmiuçar as obrigações das empresas por forma a garantir uma melhor prestação do serviço, sendo que lhe foi indicado pelos serviços que essas lavagens e substituições começariam pela Vila de Tabuaço em função de ocorrerem as festividades de São João, no entanto a lógica seria posteriormente alargar às restantes freguesias, fruto também das próprias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

festividades e do aumento exponencial da população nesta época de verão. Terminou a sua intervenção agradecendo a todos os presentes. -----

Por último, deu nota o **Presidente da Assembleia Municipal** acerca das festividades de São João em Tabuaço, enaltecendo o esforço de toda a população, o esforço de quem estava à frente de cada uma das marchas traduzido na afluência cada vez maior nesse período na vila, tendo a sorte, a felicidade e a alegria de rever pessoas, amigos, familiares, conhecidos que estão fora do território durante o ano e fazem questão nesta altura de voltar, de conviver, de partilhar também essas festividades, o que muito lhes agrada, sendo o reflexo da qualidade cada vez maior do empenho do município, bem como de cada um dos presentes que também têm para tal contribuído. -----

Seguidamente a Secretária da Assembleia Municipal leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e dez minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

□

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, -----

□

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 356



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

┌
└

ATA 16 || 2021.2025 Fls. 357

Assembleia Municipal de Tabuaço
Rua António José D' Almeida, n.º 36
5120 – 413 Tabuaço

Telefone +351 254 780 000
Telemóvel +351 933 443 704
Fax +351 254 789 142

assembleia.municipal@cm-tabuaco.pt
www.cm-tabuaco.pt
NIPC: 506 601 455